



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Combate aos supersalários

O Ministério da Fazenda continua buscando as melhores alternativas para resolver o problema da falta de recursos do governo. Numa ampla negociação para apagar a fogueira criada pelo aumento do IOF, o ministro Fernando Haddad (PT) defende que a reforma administrativa tenha como ponto de partida o combate aos supersalários no serviço público.

Ajuste fiscal

O deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ, foto), relator do grupo de trabalho da reforma administrativa, destaca que os textos da medida podem incluir propostas de ajuste fiscal, entre elas, desvinculação dos benefícios previdenciários do salário-mínimo, desvinculação das despesas de saúde e de educação, do crescimento da receita e a revisão do gasto tributário.



Pacto entre Poderes

Pedro Paulo ressalta que é preciso fazer um pacto entre Poderes para que todos sentem à mesa e deem a sua cota de contribuição. “Sou a favor que as emendas parlamentares também tenham uma redução de 10% a 20%, nesse chamado pacto, para que a despesa da União, do Executivo, tenha também um corte para entrar nesse conjunto de esforços para se equilibrar as contas públicas; e que o Judiciário também dê a sua cota de contribuição, que estados e municípios também deem a sua contribuição.”

Pressões para manter supersalários

O projeto de lei que deveria acabar com os supersalários, bastante comemorado pela sociedade, continua enfrentando as pressões do poderoso e eficiente lobby dos beneficiários dos supersalários no funcionalismo. Parece que agora o governo decidiu enfrentar o problema.

Movimento Pessoas à Frente

O valor foi calculado pelo Movimento Pessoas à Frente, organização independente que se dedica a estudar o setor público, trouxe para a realidade cotidiana o que os supersalários representam de atraso para o Brasil. A diretora-executiva dessa organização, Jessika Moreira, disse, recentemente, que “é uma verdade tão singela quanto incontestável. O recurso que sai (do orçamento) para pagamento desses auxílios, sai do mesmo cofre do pagamento das principais políticas públicas”.

Menos sobra

Quanto mais dinheiro vai para o pagamento de supersalários para a elite do funcionalismo público, menos sobra, evidentemente, para o custeio de ações do Estado que são determinantes para a vida e o bem-estar da maioria dos brasileiros. É tão simples quanto isso.

‘Intromissão’ do STF, reclama Terra

“Não podemos admitir a intromissão do STF nas nossas decisões”, disparou com indignação o deputado federal gaúcho Osmar Terra (MDB). “Cada vez mais o STF toma decisões no lugar do Congresso”.

Avança processo de adesão do governo do RS ao Propag

Dúvidas da Sefaz quanto à negociação do passivo foram superadas

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

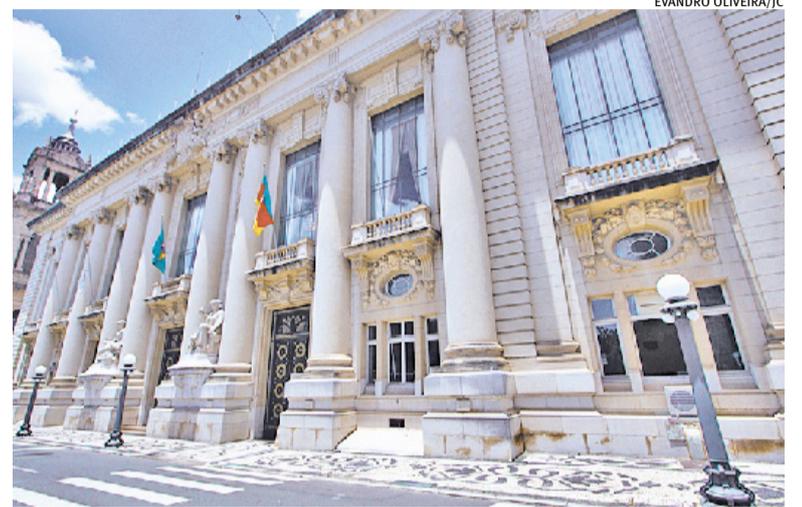
bolivar@jcrs.com.br

Após meses de críticas do governo Eduardo Leite (PSD) aos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, afirmou nesta segunda-feira que as dúvidas financeiras e econômicas do Piratini foram sanadas.

Agora, para o Estado decidir se adere ao programa de renegociação da dívida com a União - atualmente em R\$ 103,1 bilhões -, o governo do Rio Grande do Sul aguarda a divulgação, por parte do Ministério da Educação (MEC), das metas para educação que entes federados precisarão cumprir como contrapartida ao ingresso no Propag.

A principal dúvida que o governo gaúcho tinha, e que a partir de um decreto de Lula foi superada, era se, na adesão ao programa, haveria a manutenção de dispositivos da Lei Complementar 206/2024, sancionada pelo presidente após as cheias que inundaram o Estado no ano passado e que suspendeu o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União até abril de 2027. Sem ter mais esta preocupação, o Piratini aguarda a publicação das metas educacionais para os estados que aderirem ao Propag.

“Tem duas condicionais. As condicionais econômicas e financeiras do Propag estão supera-



Piratini aguarda definição de metas educacionais para tomar decisão

das, mas eu preciso conhecer as metas de educação”, disse Pricilla. A secretária complementou: “Eu não posso dizer que a decisão (de aderir ao Propag) está tomada. Financeiramente eu não tenho dúvida, superados aqueles dois obstáculos (vetos de Lula) eu não tenho dúvida, o Rio Grande do Sul adere. Mas não adianta eu aderir em um ano para no ano seguinte sair por conta de regras que eu não vou conseguir cumprir”.

O Propag é uma alternativa apresentada pelo governo federal para que os estados endividados tenham capacidade de pagar seus passivos com a União no longo prazo. A partir da adesão, porém, os entes federados passam a ter uma série de obrigações que devem ser cumpridas; são elas: a aplicação de percentual do saldo devedor em investimentos em educação no próprio estado e a destinação de parte do passivo ao chamado Fundo de Equaliza-

ção Federativa (FEF), criado para compensar estados com boa situação fiscal.

Neste sentido, o Rio Grande do Sul aguarda que sejam definidas quais as metas e métricas para a educação que terá de cumprir em caso de adesão ao Propag. Conforme Pricilla, o Piratini tem a preocupação de que não haja especificidades nas definições do MEC para as características do RS, apontado pela secretária como um estado envelhecido.

“Se utiliza metas nacionais e generaliza com o Rio Grande, aí a chance de a gente descumprir (as metas firmadas) é bastante razoável”, explica Pricilla. Conforme ela, a secretária estadual da Educação, Raquel Teixeira, tem pleiteado este assunto junto ao ministro da Educação, Camilo Santana. A partir de uma publicação do MEC quanto às métricas, o governo gaúcho deve se pronunciar quanto à possibilidade de adesão ao Propag.

PGR pede prisão de deputada que deixou o Brasil

/ JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a prisão preventiva da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), o bloqueio de seus bens e a inclusão do nome da parlamentar na lista de difusão vermelha da Interpol. A medida ocorre após ela anunciar que deixou o Brasil. No último dia 9 de maio, a parlamentar foi condenada por unanimidade a 10 anos de prisão pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).

No entendimento dos ministros, Carla comandou a invasão aos sistemas institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o auxílio do hacker Walter Delgatti. O objetivo seria emitir alvarás de soltura falsos e provocar confusão no Judiciário. Outros dois processos ameaçam a vida política dela.

Em janeiro, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo decidiu cassar o seu mandato por desinformação eleitoral. Dois meses depois, o STF formou maioria para condená-la a cinco anos de prisão

em regime semiaberto por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal.

Na véspera do segundo turno das eleições de 2022, a parlamentar ameaçou atirar em um homem, nos Jardins, na zona oeste paulistana, depois de ter sido, segundo conta, hostilizada por um militante de esquerda. Ela nega todas as acusações e se diz vítima de perseguição.

Ontem, ela afirmou estar fora do País “há alguns dias” e disse que ficará na Europa, por ter cidadania de um país do continente.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade